



## PARECER JURÍDICO

|                                   |         |
|-----------------------------------|---------|
| AUTUADO: AUTO POSTO SUPREMO LTDA. | RECURSO |
| PROCESSO Nº 02211/2001/002/2005   |         |
| AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2166/2005     |         |
| NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA  |         |
| PORTE: PEQUENO                    |         |

### I – RELATÓRIO

O AUTO POSTO SUPREMO LTDA. foi autuado em 08.09.2005 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 2, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

2. descumprir determinação ou condicionantes formulada pelo Plenário do COPAM, por Câmara Especializada, ou por órgão seccional de apoio, inclusive planos de controle ambiental, de medidas mitigadoras, de monitoração, ou equivalentes, aprovadas nas Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental;

O autuado apresentou Defesa intempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 24.11.2006, pela Câmara de atividades de Infra-estrutura - CIF, multa no valor de R\$ 10.641,00.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração. A URC do Rio das Velhas, em 03.05.2010, indeferiu o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada, porém alterando seu valor para R\$10.001,00.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

### II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por "Descumprir determinações contidas na Deliberação normativa COPAM 050/2001, Art. 3º, §2º itens II, V, IX e X, com dano ambiental." (fl. 05).

No Recurso, o autuado alega, em síntese, que:



- O empreendimento estava regularmente autorizado a funcionar pelo órgão ambiental;
- Os dispositivos que embasam a conduta ilícita foram revogados;
- O autuado realizou todas as obras necessárias para a regularização ambiental do empreendimento;
- Os fatos ocorridos não representaram riscos ou efeitos desastrosos para a saúde pública;
- Devem ser aplicadas as atenuantes previstas no art. 68, I, "a", "c" e "e", do Decreto 44.822/2008.

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

Inicialmente, tem-se que o fato do autuado possuir Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF (Processo Administrativo 02211/2001/001/2005) no momento da autuação não descaracteriza as infrações constatadas incontrovertidamente na visita *in loco*. Com efeito, restaram plenamente caracterizadas as infrações a ele imputadas, em descumprimento à DN COPAM 050/2001.

Foi descumprida a Resolução CONAMA nº 273/2000. Não bastasse isso, foi descumprida também a Deliberação Normativa COPAM nº. 50, de 28 de novembro de 2001 (publicada em 15.12.2001), que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas e postos flutuantes de combustíveis, dentre outras providências.

O art. 2º da referida Deliberação Normativa, em seu §2º, estabelece uma série de normas técnicas e medidas de controle ambiental que devem ser cumpridas pelos postos de abastecimento, e que, no presente caso, à época da autuação ainda não havia sido todas atendidas.

*"Art. 3º.*

*(...)*

*§2º. Além da apresentação dos documentos exigidos pelo parágrafo anterior, os empreendimentos a que se refere este artigo deverão cumprir, para a obtenção da Licença de Operação, as seguintes medidas de controle ambiental, nos prazos respectivos, contados a partir da publicação desta Deliberação Normativa:*

*(...)*

*II – instalar válvulas de recuperação de gases nos respiros: 6 (seis) meses;*

*III – efetuar teste de estanqueidade em tanques subterrâneos instalados a mais de 10 anos: 6 meses, conforme NBR nº. 13.784;*

*IV – concretar pista da área de troca de óleo e da lavagem de veículos – 6 meses;*



## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



- V – instalar Caixa Separadora de Água e Óleo – SAO na área de lavagem de veículos, troca de óleo – 8 meses;*
- VI – apresentar controle de manutenção dos SAO's: 12 meses;*
- VII – apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 20 anos: 60 dias;*
- VIII - apresentar proposta de cronograma para troca dos tanques subterrâneos instalados há mais de 10 anos que após o teste de estanqueidade, constante do inciso III acusarem vazamentos: 60 dias;*
- IX – apresentar outorga de direito de uso de recursos hídricos, quando necessário;*
- X – apresentar projeto e cronograma de implantação de passeio na área do empreendimento com o objetivo de facilitar o trânsito de pedestres à frente do posto de combustíveis, aprovado pelos órgãos competentes (Prefeitura Municipal, Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER/MG ou Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER): 6 meses.”*

Vale ressaltar que desde 2000 há exigências expressas de adequação ambiental dos postos de combustíveis, com fixação de prazos para seu cumprimento. No entanto, em setembro de 2005, ocasião da lavratura do auto de infração, o autuado ainda encontrava-se em situação irregular, em manifesto descumprimento das normas ambientais. O autuado, em cinco anos, não havia implementado todas as medidas de controle ambiental exigidas pela DN 50/2001. Portanto, correta a aplicação da multa no caso em voga.

O fato dos dispositivos do Decreto 39.424/98 terem sido alterados pelos decretos regulamentadores posteriores, igualmente, não descaracteriza a infração imputada ao autuado.

Conforme reza o Parecer Jurídico Nº 14.482, da Advocacia Geral do Estado, de 02 de fevereiro de 2005, o fato que caracteriza como infração é inalterável após a sua consumação. Se a norma vigente à época do fato o considera como infração, este fato é permanentemente uma infração. O princípio “*tempus regit actum*” informa o fato ou ato a ser apreciado e considerado juridicamente segundo a norma vigente ao tempo em que aconteceu. Portanto, se a norma vigente ao tempo do fato o tipifica como infração, é assim que deve ser considerado.

As atenuantes mencionadas não se aplicam no caso em apreço, pois o autuado não se desincumbiu do ônus de demonstrar a efetividade das medidas adotadas, a menor gravidade dos fatos ou a sua colaboração com o órgão ambiental.



### III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM o indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada no valor de **R\$ 10.001,00**, por estar em conformidade com o art. 83 e art. 96 do Decreto nº 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

|  |                 |
|--|-----------------|
| Autor:<br>André de Albuquerque Sgarbi<br>Consultor Jurídico<br>OAB/MG 98.611                                     | Assinatura:<br> |
| Aprovado por:<br>Gustavo Chaves Carreira Machado<br>Procurador-Chefe da FEAM<br>OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7 | Assinatura:     |